



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRAXIS

ANO VIII - Nº 80 - NOVEMBRO/DEZEMBRO 2014



POLÍTICAS SOCIAIS NO

VERMELHO



José Paulo Netto fala das dificuldades com o novo governo e chama a atenção para o crescimento do conservadorismo. **Página 16**



Gestão realiza balanço de primeiro ano
à frente do CRESS Páginas 8 e 9

Atuação de assistentes sociais junto a
projetos Páginas 4 e 5

Por concursos públicos para as diversas políticas sociais

Direitos do trabalho também são históricos. No século XVIII comemoravam-se legislações que impediam que crianças com menos de dez anos de idade trabalhassem. Algo que, na atualidade, já é visto como ilegal e imoral, à época era visto com naturalidade.

Concursos públicos, estabilidade no emprego e planos de carreira também têm pé na história. Não é acaso que sejam previstos especialmente para instituições públicas. Em sua criação, tratava-se de tornar o Estado atraente a profissionais de maior qualidade. Na atual conjuntura, sob hegemonia neoliberal, defender concursos públicos significa, ao menos em tese, ampliar a disputa por serviços de qualidade, universais, públicos e gratuitos à população.

Mas fiquemos atentos às contradições. Perspectivas individualistas também atingem trabalhadores públicos e entidades, como as do movimento sindical. De instrumentos de defesa da qualidade dos serviços, por vezes tais conquistas tornam-se sustentáculos de corporativismos, na contramão da oferta de bons serviços. Traem sua origem histórica e colocam sob ameaça sua própria existência. Parte significativa da população tem dificuldades de defender o setor público. A permanente campanha ideológica que afirma que *o que é estatal é desqualificado* faz com que deixemos de perceber que inúmeras dimensões de nossas vidas só têm satisfação, na atualidade, via ação do Estado.



A outra alternativa é a compra, geralmente cara e como prestação de serviços privados (não como direitos), de saúde, educação, previdência e outras políticas sociais.

É fundamental mantermos a defesa de concursos públicos para o Estado brasileiro. No que se refere a assistentes sociais é preciso que eles ocorram para atuar além da política pública de assistência social. Temos competência para atuar em diversas políticas. E cada vez mais se ampliam espaços para os quais nos são apresentadas requisições profissionais. Fruto do acerto de nossa formação generalista, que percebe em categorias como contradição, totalidade, mediação, dentre outras, a possibilidade de uma leitura crítica e ampla das relações sociais.

Também é notável o quanto concursos públicos dão outra característica racial e de gênero ao mercado de trabalho brasileiro. Concurso não avalia cor, raça, condição social, orientação sexual. Dificulta preconceitos e outros fenômenos, como contratações políticas ou nepotismo – embora sejam, todos, ainda comuns pelo país. Contudo,

numa sociedade desigual, eles também refletem importantes desigualdades no acesso de vários destes segmentos à educação de qualidade. Há, ainda, concursos permeados por cartas marcadas, que desqualificam a lógica do processo seletivo público. Neste sentido, fiscalização de entidades como os conselhos profissionais e o Ministério Público tem sido necessárias.

No que se refere ao exercício profissional cotidiano, são comuns denúncias ao Conselho de situações em que colegas, por serem concursadas, se sentem superiores a outras que atuam profissionalmente sob outros regimes de trabalho.

Neste contexto é preciso resgatar aspectos centrais de nosso projeto ético-político. E não perder, entre nossos dedos, a conquista dos concursos públicos. É necessário ampliá-la, em quantidade, qualidade e na diversidade das políticas para as quais contratam assistentes sociais. Temos que retomar, como aponta nosso Código de Ética, a centralidade dos usuários dos serviços sociais em nossa ação profissional. Ainda que, simultaneamente a esta preocupação, disputemos condições de trabalho mais dignas.

Assistentes sociais não atuam só na política de assistência social ou exclusivamente com a dimensão assistencial. Esta perspectiva já foi superada na trajetória do Serviço Social brasileiro. Nossas entidades permanecerão em constante diálogo com assistentes sociais do país e se empenhando para ampliar espaços de atuação nas diversas políticas sociais.

PRAxis

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - Nº 80 - Novembro/dezembro 2014

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: diretoria@cressrj.org.br

www.cressrj.org.br

Presidente: Rodrigo Silva Lima

Vice-presidente: Denise Nicacio Pereira

1º Secretário: Carlos Felipe Nunes Moreira

2º Secretária: Márcia Denise de Canena

1ª Tesoureira: Carolina Cruz da Silva

2ª Tesoureira: Mônica Simone Pereira Olivar

Conselho Fiscal: Vanessa Bezerra de Souza, Christiane dos Passos Guimarães, Nelson Félix Lima Neto.

Suplentes: Charles Toniolo de Sousa, Eliane Santos de Assis, Glicia Nick de Oliveira, Sílvia Dabdab Calache Distler, Maria de Fátima Alves Canazaro Vasconcellos, Moara Paiva Zanetti, Vera Sodré de Araújo, Débora Rodrigues de Araújo, Carla Maria Diniz Fernandez

Comissão de Comunicação e Cultura: Carlos Felipe Nunes Moreira, Rodrigo Lima, Nelson Félix Lima Neto, Carla Maria Diniz Fernandez, Charles Toniolo de Sousa, Michelle Moraes, Fernando da Silva Lopes, Jefferson Lee de Souza Ruiz, Célio Albuquerque, Rafael Lopes, André Cansado e Allan Botelho

Seccional Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 - Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Liliane Cardoso d'Almeida

Secretário: Jonis M. S. Felipe

Tesoureira: Eliana Ferez

Suplentes: Cristiano Correa Pessanha; Fernanda de Oliveira Monteiro; Natália Meritello

Seccional Sul Fluminense - Volta Redonda

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003 - Pontual Shopping - CEP 27261-050

Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Suellen das Chagas Bitencourt

Tesoureira: Paula Almeida Pereira

Secretária: Débora Tavares Rodrigues

Suplentes: Natalia Reis de Oliveira, Fabiola Salvador da Costa, Cristiane dos Santos Alves

Jornalistas responsáveis: Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751) e Rafael Lopes (SRTE/RJ 33988)

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações: Carlos D - **Estagiário de jornalismo:** André Cansado

Impressão: Gráfica Colorset - **Tiragem:** 16.000 exemplares - **Data de impressão:** 16/09/2014

Notas

Registro e anuidade

Anuidades e o projeto ético-político

Em 2014 tomou posse a nova diretoria do CRESS-RJ, composta por 30 assistentes sociais (18 na sede e 6 em cada seccional) que aceitaram o desafio de atuar em nosso Conselho e dar continuidade ao trabalho que já vinha sendo desenvolvido por gestões anteriores.

Historicamente, importantes ações políticas vêm sendo efetivadas pelo CRESS-RJ. Entre elas, as atividades do mês de maio, os cursos e eventos por todo o estado, as visitas de orientação do exercício profissional, as reflexões com equipes de Serviço Social que atuam em diversas políticas. Estas ações podem ser acompanhadas através dos meios de comunicação do Conselho (*site*, *Facebook*, *Via CRESS* e o próprio *Práxis*). Estes instrumentos de comunicação também compõem outra importante política do CRESS, reconhecida para além de nosso estado.

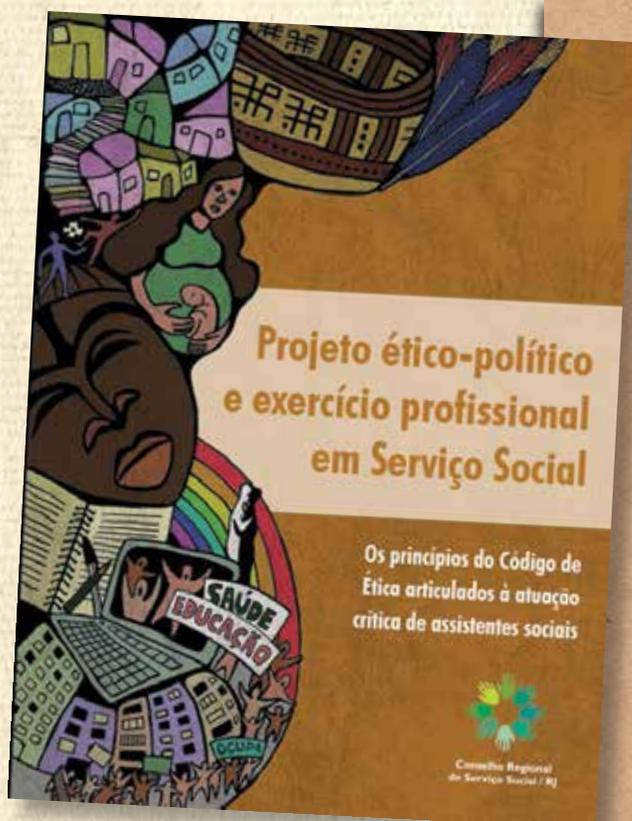
Para que as ações administrativas e políticas do CRESS sejam possíveis, é necessário que assistentes sociais estejam em dia com as suas anuidades. As anuidades pagas representam mais de 95% da receita do Conselho e é es-

sencial para a realização de todas as suas atividades.

Estar com as anuidades em dia representa participar ativamente da implementação das ações e contribuir diretamente com um Serviço Social mais forte, propositivo e interventivo. Ou seja, é uma ação efetiva que toda a categoria pode ter: apostar e investir na consolidação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Acesse nossos meios de comunicação e saiba como regularizar sua situação.

Pagar a anuidade é um dos requisitos obrigatórios para exercer a profissão. Seus valores são definidos em assembleias anuais. Isto possibilita o debate e a deliberação da categoria. Por previsão de lei federal, este é atualmente o modelo adotado por todos os conselhos profissionais existentes no Brasil.

Participe, cobre de seu Conselho e venha conhecer nossas comissões temáticas e núcleos. Provavelmente uma delas pode vir a contribuir com o debate sobre os desafios que você encontra no cotidiano de seu exercício profissional.



O livro está sendo vendido a preço de custo (R\$ 20,00) e pode ser comprado na sede do CRESS-RJ, de 9h às 15h, ou através do e-mail: secretaria1@cressrj.org.br

O livro, que discute todos os princípios do Código de Ética Profissional, tem artigos de José Paulo Netto, Elaine Behring, Yolanda Guerra, Magali Almeida, Valéria Forti, Ney Teixeira Almeida, Silene Freire, Guilherme Almeida, Joaquina Barata, Ivanete Boschetti, Jefferson Lee Ruiz e do CFESS.

No caso de solicitações por e-mail o remetente deve aguardar a resposta do CRESS-RJ, além de arcar com os custos de envio pelo correio, que lhe serão informados no retorno da encomenda.

PRAXIS NO FEMININO: No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESS-RJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.

Exercício profissional

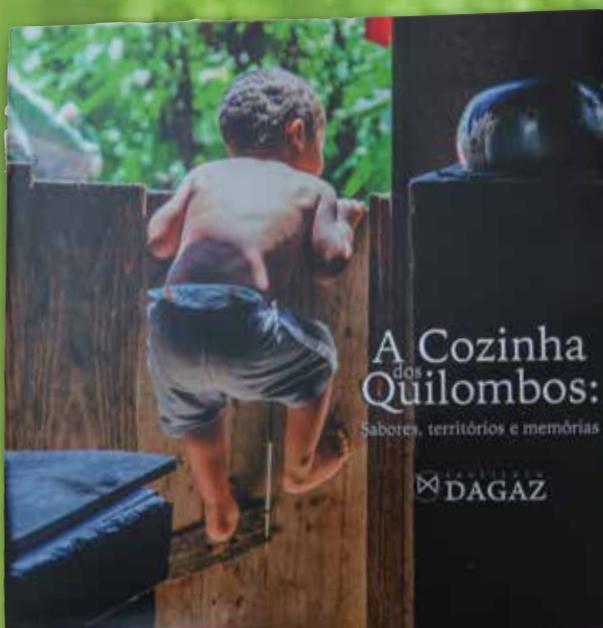
Serviço Social e quilombos



Márcia Fernandes, a presidente da ONG Marinez Fernande (segurando o livro), a fotógrafa Daiane Landim e a assistente social Isabela Marques (de camisa laranja)

A elaboração de projetos também é uma das competências de assistentes sociais. Pesquisas em campo e/ou levantamentos bibliográficos que deem base a fundamentos de políticas sociais, e de ações de instituições, poder público e empresas que buscam adequações a editais de incentivos culturais, sociais, dentre outros, que estejam em sintonia com o projeto ético-político da categoria, estão presentes na vida profissional.

Numa dessas oportunidades, a assistente social Isabela Marques, do município de Volta Redonda, participou do projeto que culminou no livro "A cozinha dos Quilombos: sabores, territórios e memórias", da ONG Instituto Dagaz. O trabalho começou quando uma das diretoras da ONG,



Capa do livro "A Cozinha dos Quilombos: sabores, territórios e memórias"

Márcia Teodoro Fernandes, viu um edital aberto, em 2011, cujo patrocínio era destinado à área social. A partir desse momento, a ideia de pesquisar hábitos culinários do cotidiano das comunidades negras remanescentes do período colonial brasileiro já era certa. A equipe realizou o levantamento dos quilombos do estado que eram cadastrados. De início, 11 localidades foram registradas; no decorrer da pesquisa 29 quilombos estavam na lista da ONG.

"Nesse caso que resultou no livro, o Serviço Social se inseriu na construção do projeto. Ela (Márcia) pensou em olhar de perto os quilombos, e eu entrei fazendo levantamento de dados, compondo a história e as características dos quilombos do estado do Rio. Essas informações foram anexadas ao projeto final. Tudo foi pensado junto. A pesquisa é uma atividade do Serviço Social que

muitas vezes fica esquecida por profissionais. É um campo do qual devemos nos apropriar”, acredita Isabela.

Ela ainda acrescenta que assistentes sociais podem ficar atentas a editais abertos e propor projetos a parceiros.

“Sempre há editais que saem por diferentes Ministérios. Eles podem ser inseridos em inúmeros projetos. Elaboração de projetos e análise estatística também é campo de atuação, e abre outras vertentes, como assessoria, por exemplo... Isso é uma preciosidade para a profissão. Pensar que começamos o levantamento em 2011 e hoje temos um resultado tão bonito e histórico que torna eterna a vida do povo brasileiro e dos remanescentes quilombolas”, incentiva a assistente social.

O contato direto com as comunidades não foi algo fácil. De acordo com Márcia Fernandes, os quilombolas de início ficaram desconfiados com o resultado e o objetivo do projeto.

“Muitas universidades e instituições realizam pesquisas junto a essas comunidades. Coletam informações e não retornam para dizer o que aconteceu. Ao longo da pesquisa, percebemos que isso ocorreu diversas vezes, o que os deixou com o pé atrás”, constatou.

A pesquisa também revelou a quebra de um paradigma acerca das comunidades quilombolas: muitos percebem essas localidades como “primitivas”, sem uso de

tecnologias contemporâneas e de religião predominantemente de matriz africana.

“Achamos que iríamos encontrar bastante dança afro e outros costumes, mas muitas comunidades já são predominantemente evangélicas. As pessoas têm uma noção das comunidades quilombolas como a de um povo isolado, sem contato social, sem internet, do tempo dos escravos, mesmo. No decorrer do tempo também saímos desse romantismo e conhecemos a realidade. Terras doadas, outras em conflitos de territórios com famílias que se dizem herdeiras dos espaços. Existem terras que estão dentro de localidades com forte especulação imobiliária, como é o caso de Sacopã (Lagoa, Rio de Janeiro). Esta comunidade foi certificada depois de mais de 40 anos de luta”, destaca.

O livro buscou mostrar como os remanescentes quilombolas utilizam a culinária como forma de expressão cultural e afetiva.

O Serviço Social e populações quilombolas

No dia 20 de novembro foi comemorado o Dia da Consciência Negra. Data que simboliza a luta de escravos no Brasil pela sua libertação. Mais do que isso: simboliza a luta contra a discriminação racial enraizada contra afrodescendentes em nosso país. Durante os séculos XVII e XVIII, os negros que conseguiam fugir do domínio dos senhores de terra, se uniam a outros refugiados e formavam

grupos em locais em meio a matas fechadas. Essas localidades ficaram conhecidas como quilombos. Nas comunidades, os negros viviam de acordo com cultura africana. O Brasil colonial chegou a contar com centenas destas comunidades, principalmente, nos atuais estados da Bahia, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Alagoas.

Atualmente, a Fundação Palmares é responsável pela catalogação das comunidades quilombolas no estado do Rio de Janeiro. Para isso, a comunidade descendente de ex-escravos deve escrever um documento autodeclaratório, com o relato de parentes próximos que indiquem a ligação entre os antepassados negros do Brasil colonial à atualidade. Após o reconhecimento realizado pela fundação, o documento deve ser entregue ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para que a terra seja reconhecida legalmente como quilombo.

“O Serviço Social, ao participar da sistematização da história de quilombos, contribui para dar visibilidade à luta contra a desigualdade social expressa pelo racismo. Seja através da culinária ou de qualquer outro modo de vida e de existência dessas comunidades, estamos contribuindo para enfrentar o mito da democracia racial existente no Brasil, valorizando elementos que fazem parte da cultura de luta no país”, conclui a assistente social.

Um dos 11 núcleos do CRESS pelo interior do estado do Rio de Janeiro chama-se Maria Conga e Andorinhas, que abrange a parte leste da Região Metropolitana.

O nome é uma homenagem que assistentes sociais fizeram a quilombos existentes na região. A comunidade remanescente Maria Conga localiza-se

no município de Magé. Já o nome Andorinhas se refere ao Morro das Andorinhas, em Niterói, área que abrigou quilombos no período da escravidão.



Maria Conga



Pergunte à COFI - 2015

A Comissão de Orientação e Fiscalização selecionou para esta edição algumas perguntas e respostas publicadas durante este ano no Jornal Praxis, considerando o interesse demonstrado pela categoria e a relevância dos temas.

Qual é o papel do CRESS em relação aos editais de concursos públicos onde há vagas para assistente social?

De acordo com a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em seu artigo 77, todos os conselhos profissionais devem participar de todas as fases do concurso público, desde a elaboração do edital até a homologação do concurso, sempre que houver vagas para o cargo da sua área de formação. No caso do CRESS, de assistente social. A Constituição do estado evidencia que, antes mesmo de serem oferecidas as vagas, os conselhos deveriam ser comunicados pelas bancas organizadoras, a fim de que viessem participar da elaboração do edital. No entanto, são raras as situações em que bancas organizadoras cumprem o determinado pela Constituição. Visando prevenir que irregularidades dispostas em editais sejam futuramente incorporadas ao exercício profissional da assistente social, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do CRESS realiza pesquisas periódicas em sites que disponibilizam vagas para concursos públicos, observando as questões pertinentes ao cargo de assistente social e também recebe denúncias de assistentes sociais e estudantes sobre irregularidades identificadas nos editais.

Passei num concurso público, mas até agora não me chamaram e sei que há assistentes sociais contratadas trabalhando na instituição. O que o CRESS pode fazer por mim?

Neste caso não cabe denúncia ao CRESS, mas sim ao Ministério Público. A organização coletiva da categoria em prol de seus interesses também é fundamental. Mas segundo a própria Constituição Estadual, cabe aos conselhos somente a fiscalização daquilo que é pertinente a sua matéria profissional. Sendo assim, o CRESS deve fiscalizar as atribuições para o cargo de assistente social e o seu conteúdo programático. As entidades sindicais, nesse caso, podem e devem ser acionadas pelas apro-

vadas no concurso, uma vez que se trata de uma situação que envolve vínculo trabalhista. Embora não seja função prevista em lei, o CRESS costuma contribuir com a divulgação destas mobilizações e, quando possível, com a cessão de seu auditório para equipes de profissionais que estejam se mobilizando.

Por que profissionais de áreas distintas não podem elaborar um parecer conjunto?

O parecer é uma opinião técnica. A assistente social somente pode emití-la sobre sua área de competência e de atribuição legal, para a qual está habilitada e autorizada. A apresentação do parecer pode ser feita de forma coletiva em um mesmo documento, mas cada profissional é responsável por elaborar o seu, conforme prevê o parágrafo único do artigo 4º da Resolução 557/09: "O entendimento ou a opinião técnica do assistente social sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ou equipe multiprofissional, deve destacar a sua área de conhecimento separadamente, delimitar o âmbito de sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes que devem estar contemplados na opinião técnica.

O que caracteriza uma infração disciplinar?

De acordo com o Art. 22 do Código de Ética Profissional da Assistente Social, instituído pela Resolução CFESS Nº 273/93, consideram-se infrações disciplinares: exercer a profissão quando impedida de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício a não inscritas ou impedidas; não cumprir, no prazo estabelecido, determinação emanada do órgão ou autoridade competente, em matéria destes, depois de regularmente notificada, e participar de instituição que, tendo por objeto o Serviço Social, não esteja inscrita no Conselho Regional; fazer ou apresentar declaração, documento falso ou adulterado, perante o Conselho Regional ou Federal.

Em que ocasiões a assistente social deve

utilizar seu número de registro profissional?

O registro da assistente social no Conselho Regional de Serviço Social de sua jurisdição é medida necessária para o exercício profissional e sua utilização é um dever da profissional durante o exercício da profissão (Código de Ética Profissional, Art. 3º, alínea b). Logo, seu número deve estar em todos os procedimentos realizados (livros de ocorrência, prontuários, pareceres, relatórios etc.) e em qualquer pronunciamento profissional por escrito. Cabe destacar, ainda, que o usuário tem o direito de saber o número de registro profissional.

O que devo fazer se eu descobrir uma pessoa trabalhando como assistente social sem registro no CRESS?

Você deve denunciar ao CRESS, através da Comissão de Orientação e Fiscalização. A denúncia pode ser anônima. Nenhuma pessoa, mesmo que formada em Serviço Social, pode exercer a profissão de assistente social sem o registro no CRESS. Trata-se de exercício ilegal da profissão, sujeitando a pessoa às penalidades previstas por lei e na Resolução CFESS Nº 590/2010.

Existem outras situações que podem ser caracterizadas como exercício ilegal?

Sim. De acordo com a Lei 8662/93, que regulamenta nossa profissão, para atuar como assistente social é preciso ter diploma de nível superior em Serviço Social e registro no Conselho do estado onde atua. O mais comum é encontramos assistentes sociais registradas em outro estado, ou pessoas que possuem diploma de Serviço Social, mas não se registraram ou estão com seu registro cancelado. Também já encontramos instituições que contratam estagiárias sem que haja profissional para supervisioná-las. O exercício profissional sem inscrição no Conselho correspondente também está previsto no Artigo 47 da Lei das Contravenções Penais.

Orientação e Fiscalização Profissional

COFI intensifica ações em 2014

O ano de 2014 foi marcado pela transição da gestão do CRESS, com a posse da nova diretoria no mês de maio (gestão "Contra a Corrente: a luta continua").

Considerando as conquistas da gestão anterior, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), constituída por conselheiras e agentes fiscais, deu continuidade à política implementada, intensificando suas ações e fortalecendo a COFI das Seccionais Volta Redonda e Campos dos Goytacazes. Procurou-se priorizar a orientação às assistentes sociais no sentido de prevenir a ocorrência de violações éticas e o descumprimento das normativas profissionais, intensificando-se a dimensão pedagógica prevista da Política Nacional de Fiscalização e coerente com o projeto ético-político profissional do Serviço Social.

De acordo com a COFI, observou-se a continuidade da ampliação do mercado de trabalho para as assistentes sociais, especialmente na área de assistência social, acompanhada da intensificação da precarização das políticas sociais. Criação de cargos genéricos, contratações por Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA), terceirizações, quarteirizações acarretam expressiva redução de direitos trabalhistas, alta rotatividade, descontinuidade do trabalho, baixos salários. Essas situações são ainda mais graves em alguns municípios onde o clientelismo prepondera, havendo um desrespeito tanto ao trabalho de assistentes sociais, quando aos direitos dos usuários dos serviços.

Segundo a COFI, assistentes sociais estão sendo submetidas a cumprimentos de metas dentro de uma lógica produtivista, em detrimento do atendimento qualificado ao usuário. Exigência de preenchimentos de fichas e formulários, burocracias, são questões frequentes relatadas pelas profissionais.

O ano de 2014 foi marcado, também, pela verificação nas visitas de fiscalização de falta de condições éticas e técnicas gerando dificuldades para garantir o sigilo profissional, tanto no atendimento ao usuário, quanto ao local apropriado para a guarda de documento técnico e dúvidas sobre a elaboração de laudos e pareceres conjuntos, entre outros. Além disso, chegaram à COFI reclamações de assistentes sociais quanto a requisições não compatíveis com as suas atribuições e competências profissionais. Diante disso, a equipe da COFI atuou no sentido de orientar à tanto



“Temos como estratégia convocar reuniões com as equipes de uma determinada política, e percebemos que esta estratégia fortalece coletivamente o exercício profissional”

a categoria quanto gestores no que se refere ao Código de Ética, à Lei de Regulamentação da profissão e as resoluções do CFESS, notificando sempre que necessário e participando na organização de reuniões, debates e seminários para aprofundar estes temas, tendo em vista a capacitação e qualificação profissional.

“Percebemos que as demandas que nos chegam, de diferentes áreas de atuação, possuem semelhanças. Temos como estratégia convocar reuniões com as equipes de uma determinada política, e percebemos que esta estratégia fortalece coletivamente o exercício profissional. Convoca-se o grupo na perspectiva da orientação e discussão coletiva. Isso reforça a noção de conjunto, não apenas em relação ao trabalho de assistentes sociais, mas também quanto à importância da organização dos trabalhadores. Nesta perspectiva evita-se o isolamento possibilitando uma organização coletiva”, avalia a COFI.

Durante esses encontros, a COFI vem incentivando a categoria a elaborar seu projeto de intervenção, conforme programa de campanha da gestão eleita, procedimento que se faz necessário na medida em que contribui

para que a equipe possa (re)pensar qualitativamente sobre seu cotidiano, traçando seus objetivos profissionais.

De acordo com a COFI, a manutenção das reuniões semanais, das quais participam conselheiros e agentes fiscais da sede, e das reuniões mensais ampliadas que incluem os membros das Seccionais Volta Redonda e Campos dos Goytacazes, tem contribuído para a discussão e avaliação das demandas da categoria, as estratégias de ação da equipe da COFI, visando à unificação dos procedimentos, ao aprofundamento de temas relacionados ao exercício profissional e à qualificação do serviço de orientação e fiscalização do CRESS.

Em 2015, a COFI planeja dar continuidade às visitas programadas fundamentalmente no interior do estado na área de assistência social e também intensificar a articulação com as comissões temáticas e os núcleos do CRESS, visando inter-relacionar e aprofundar o debate das diversas demandas da categoria, na medida em que as expressões da questão social perpassam todas as áreas de atuação do Serviço Social e precisam ser analisadas na sua totalidade.

Balanço 2014

Presidente do CRESS faz balanço de 2014 e fala das metas para ano novo



“Quando assumimos tínhamos uma concepção do Conselho que continuamos a reforçar: que o CRESS é um patrimônio de toda categoria de assistentes sociais”

Rodrigo Lima, presidente do CRESS-RJ

Em maio de 2014, quando a gestão “Contra a corrente: a luta continua” assumiu a condução do CRESS pelos próximos três anos, tinha-se a ideia do desafio que estava pela frente. Representar cerca de 15.500 assistentes sociais não seria tarefa fácil. Nesses primeiros meses à frente de uma categoria que atua em diversas políticas e que tem como importante legado um projeto ético-político profissional sintonizado com as lutas da classe trabalhadora, o presidente do Conselho, Rodrigo Lima, avalia, com pés no chão, os avanços e desafios desse trabalho.

“Quando assumimos tínhamos uma concepção do Conselho que continuamos a reforçar: que o CRESS é um patrimônio de toda categoria de assistentes sociais. É um espaço político e pedagógico importante para tais profissionais. Sabemos que o Serviço Social brasileiro tem o reconhecimento de diversos segmentos sociais e suas entidades

representativas têm o desafio de reafirmar o projeto ético-político da profissão. Percebeu-se também que precisamos avançar nas discussões administrativas e financeiras. Isso não é algo simples, não é fácil de lidar. Estamos vivendo um momento delicado. Como 95% da receita do CRESS advém da anuidade, essas parcelas são fundamentais para o funcionamento e ampliação das atividades do Conselho. Sabemos que assistentes sociais possuem ainda, majoritariamente, baixa remuneração, e, por isso, muitas acabam inadimplentes. Isso tem impacto direto para o CRESS”, analisa.

Ao pensar o que representou 2014 para a gestão, Rodrigo afirma que o fortalecimento das comissões regimentais e núcleos conseguiu realizar ações que englobaram os 92 municípios do estado, com cursos, reuniões, seminários, ações de orientação e fiscalização.

“Isso é muito relevante e temos que dar parabéns a toda direção e aos trabalhadores do CRESS que nos ajudaram a dar conta desse

número de atividades. Ultrapassamos a marca de 200 encontros nesses primeiros meses”, agradece.

Ainda de acordo com Rodrigo, a intensificação do trabalho de algumas comissões temáticas e núcleos que estavam com baixa frequência foi outro fator de satisfação.

“Determinadas comissões estavam em pleno vapor, mas algumas estavam precisando de uma potencializada”, conclui.

A participação do CRESS em comitês e fóruns também foi lembrada pelo presidente: “estamos coordenando o Comitê de Combate à Tortura, participamos do Fórum Estadual do Direito da Criança e do Adolescente e do Fórum Estadual em Defesa da Educação Pública, por exemplo. Fazemos parte de mecanismos do sistema penitenciário, direitos humanos e saúde. Temos um leque de participação em várias frentes de trabalho. Ainda atuamos ativamente em conselhos como o de assistência social e de saúde. São conselhos fundamentais. Tudo isso é muito significativo para a nossa gestão”, lembra.

Deliberações do Conjunto CFESS/CRESS também fazem parte das ações

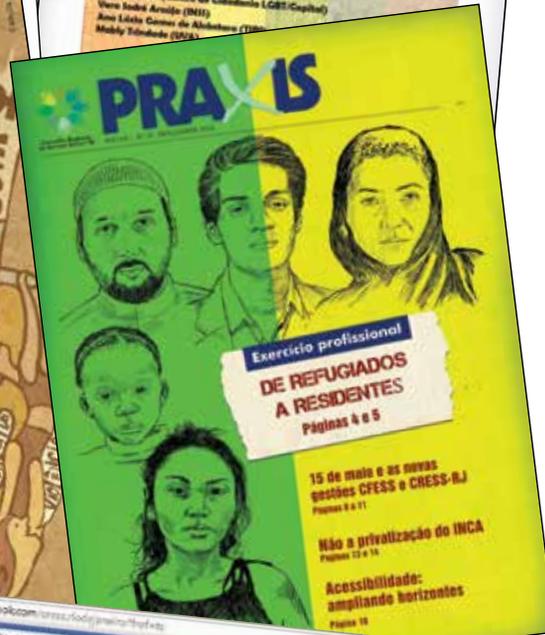
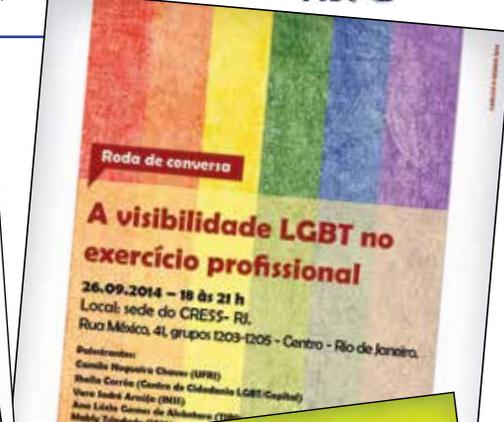
Outro compromisso da gestão é o acompanhamento das propostas que foram deliberadas pelo Conjunto CEFSS/CRESS, no 43º Encontro Nacional, em Brasília, no mês de setembro de 2014. Estas propostas devem ser executadas no período de três anos.

“A gestão tem autonomia para pensar em algumas atividades, diferentes das que foram deliberadas, mas é muito importante que a gente dê conta de todas as propostas que foram aprovadas durante o Encontro Nacional, para que possamos chegar ao ano que vem (2015) e fazer o monitoramento do que já conseguimos e do que precisamos fazer. E então, no último ano da gestão, em 2016, poderemos fazer o encontro de avaliação e verificar quais pontos conseguimos atingir, se tivemos pernas para cumprir tudo o que foi proposto. Esse grupo atual também tem que pensar em deixar um legado para a próxima gestão, do ponto de vista político e da organização administrativo-financeira”, explica.

Inadimplência, um dos maiores entraves

Das 15.500 assistentes sociais inscritas existe uma parcela que possui legalmente isenção de taxa, entre militares e pessoas acima de 60 anos. Esse número chega à marca de aproximadamente 2.000 pessoas. Do universo de 13.500, cerca de 6.000 estão inadimplentes, ou seja, quase metade da categoria. Na avaliação de Rodrigo, isso é também reflexo da precarização das condições e relações de trabalho que atinge assistentes sociais e o conjunto geral dos trabalhadores.

“Isso é um aspecto da crise. Do ponto de vista objetivo, material, dos salários e da precarização das condições de vida. Quando certo segmento, muitas vezes, não reconhece o Conselho como o espaço político, como patrimônio, como espaço de defesa do projeto ético-político, acaba por não ver a anuidade como parte do projeto. Este é um espaço (o CRESS) pedagógico, para sentar e discutir formas de trabalho, formas de intervenção e estratégias de lutas. Combater a inadimplência é dialogar e tentar trazer a categoria para dentro de nosso espaço. A anuidade é uma obrigatoriedade que assistentes sociais precisam dar conta, isso é um tributo que os conselhos arrecadam. O CRESS trabalha a orientação, a fiscalização e o disciplinamento do exercício profissional, para que a sociedade tenha um bom quadro de profissionais atuando de acordo com o nosso Código de Ética e com a Lei de Regulamentação da profissão”.



Outras questões

Atualmente, a gestão percebe que há um movimento de dentro para fora, proporcionado pela política de comunicação.

“É estratégico você ter um bom veículo de comunicação impresso, como o jornal Praxis, por exemplo. E somado a isso, investimentos nos instrumentos virtuais, como o nosso site, a página no Facebook, o Viacress. Tudo isso amplia o diálogo com a categoria e com a sociedade”, evidencia.

Para finalizar, Rodrigo destaca que o ano de 2015 será intenso de debates e reflexões sobre o exercício profissional. “Todas as atividades do mês de maio serão para discutir aspectos que envolvem nossas atribuições e competências profissionais. Não estamos imunes às novas configurações atuais da conjuntura nacional e internacional, nem a seus impactos sobre as políticas sociais, com as quais atuamos”. E conclui, chamando a categoria à participação: “A presença e contribuição de assistentes sociais é mais do que nunca fundamental!”.

Seccionais



Volta Redonda

Orientação e Fiscalização junto à Política de Assistência Social

Uma das principais funções do CRESS é realizada no âmbito da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI). As ações dessa comissão primam por serem de cunho pedagógico, ultrapassando as barreiras meramente fiscalizadoras. A intenção básica não é punir, mas orientar o trabalho, o fazer profissional.

Seguindo essa mesma diretriz, a Seccional, em novembro, dentre outras atividades, promoveu o evento devolutivo "Serviço Social nos CRAS e CREAS: uma análise da realidade na perspectiva do projeto ético-político profissional". Na ocasião foram socializados os dados coletados durante pesquisa realizada no período de 2013 a 2014, nos municípios de Barra Mansa, Barra do Pirai, Pinheiral, Pirai, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda. Na pesquisa foram reunidos dados de cinquenta e duas (52) visitas, sendo quarenta e seis (46) em CRAS e seis (6) em CREAS, envolvendo aproximadamente setenta (70) assistentes sociais. Os dados foram coletados através de dois questionários direcionados apenas para assistentes sociais: um institucional e outro individual.

Durante o evento devolutivo contamos com a presença na mesa da assistente social e professora Fátima Grave, da assistente social Diana Delgado e do agente fiscal Elias Azevedo, que conduziram as reflexões e análises, a partir dos dados da pesquisa, junto com as assistentes sociais presentes.

Assim foi possível se debruçar sobre os limites e possibilidades de atuação, estabelecendo um horizonte propício para a identificação de pontos de fragilidade e fortalecimento da atuação profissional e de sua relação com os de agregação e distanciamentos, dos fundamentos do Serviço Social. Sem falar nas articulações que se fazem necessárias com a operacionalização da política de assistência social local.

Um evento como esse (encontro devolutivo) se caracteriza por ser de prestação de contas políticas e de reflexão. Por esta razão, visando sua efetividade, foram emitidas convocações para viabilizar a participação de um maior número de profissionais. As próximas visitas programadas da COFI serão realizadas nas regiões dos núcleos "Costa Verde", "Centro Sul" e "Aguilhas Negras", todos da área de jurisdição da Seccional.

Ressalte-se que a tarefa de fiscalizar visa

à garantia da qualidade do exercício profissional. O foco é trabalhar sempre na perspectiva de oportunizar e reafirmar os compromissos com o projeto ético-político do Serviço Social, prezando sempre pela qualificação dos serviços prestados junto à população dos municípios.

A Seccional reitera esse compromisso e acredita que a participação de profissionais em eventos devolutivos como esse é de fundamental importância para o alcance de sua finalidade. Uma vez que o objetivo central dessas atividades é promover espaços que garantam cada vez mais a organização coletiva da nossa categoria profissional.

Os fundamentos dessa iniciativa se traduzem na necessidade do estabelecimento de maiores vínculos com a base, para que a representatividade não perca seu sentido.

Todos os dados apresentados fazem parte do projeto "Visitas Programadas", do CRESS, em todos os equipamentos públicos da política de assistência social no Rio de Janeiro, que, futuramente, renderão uma sistematização de nível estadual.



Campos dos Goytacazes

Ações e planejamento para 2015

Durante o último semestre do ano de 2014 a Comissão de Educação da Seccional de Campos prestou assessoria à elaboração do regulamento que legitimará a existência do Serviço Social na política pública de educação do município de Campos dos Goytacazes. Há 17 anos foi publicada a Lei 6.462/97, que institui o Serviço Social na educação nas escolas de educação básica da rede pública municipal.

Produzido pelas assistentes sociais que trabalham na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) de Campos dos Goytacazes, o documento aborda o exercício da profissão a partir das competências e atribuições privativas na Lei 8.662/93, atendendo às especificidades da dinâmica do processo de trabalho na política de educação.

Após sua elaboração, o documento foi submetido à comissão de educação, à comissão de orientação e fiscalização (COFI) e à direção da seccional. O parecer favorável corroborou a necessidade de publicação pela SMEC e a socialização dessa construção, oficializando tal documento junto à citada secretaria. Atualmente a secretaria municipal de educação de Campos conta com 59 profissionais de Serviço Social.

Este documento poderá servir de referência para profissionais da região e de todo o estado na luta pela legitimidade e inserção do Serviço Social nesse espaço, como também poderá ser importante base para pensar o exercício profissional a partir dos múltiplos espaços sócio-ocupacionais nas demais políticas públicas.

Para 2015 a Seccional planeja implantar a comissão de formação profissional que

dará prioridade às demandas relativas ao estágio supervisionado em Serviço Social, em uma ação articulada com as demandas da COFI.

Dentre as ações e trabalhos da Seccional de Campos está a implantação da comissão de previdência social e suas demandas de base, e a realização das oficinas no mês de maio que serão desenvolvidas a partir dos núcleos na regionalidade da seccional. A seccional também irá realizar em 2015 o Seminário Regional do SUAS.

O estímulo à mobilização e organização de assistentes sociais é de fundamental importância para os trabalhos na direção da consolidação do projeto ético-político da profissão e para a maior qualificação do exercício profissional da nossa categoria.

Interdição civil

Desafios e estratégias para o Serviço Social

Interdição civil é um instituto jurídico que visa proteger um sujeito que se encontra, por alguma razão, incapacitado para exercer atos da vida civil. A decisão é proferida por um juiz. Uma pessoa assume o papel de curadora, que se torna responsável pelos cuidados com a pessoa e/ou pela administração de seus bens.

A banalização da interdição civil chamou a atenção da equipe de Serviço Social do Ministério Público do Rio de Janeiro. O crescente número de processos acabou despertando as profissionais para uma realidade que é vivenciada por um grande número de pessoas.

Para as assistentes sociais, a polêmica da interdição pode ser analisada pelo viés do estigma social que idosos, pessoas com deficiência e com transtorno mental sofrem até hoje.

Ao falar sobre a questão, a assistente social Marcela Lobo destaca que as ações de interdição civil são importantes em situações que o curatelado necessite da medida. Mas nos últimos anos esse mecanismo foi acionado indiscriminadamente.

“Era para ser algo excepcional, mas no decorrer dos anos foi tomada como algo qualquer, como se não interferisse na vida do interditado. Ao longo da história estas pessoas estão sempre ‘à margem’, ‘não servem’ mais. A lógica acaba restrita ao pensamento de que essa população não tem autonomia. Então ‘não há problema’ em interditá-las”, avalia.

Já a assistente social Adriana Freitas explica que o sentido da interdição é proteger os sujeitos que são incapazes de exercer atos da vida civil, seja por enfermidade ou deficiência mental. No entanto, diversas situações revelam o interesse nos bens do interditado.

“Percebemos que isso acaba sendo uma medida para proteger o dinheiro. A questão da propriedade fica muito evidente”, afirma.

A equipe de Serviço Social do MPRJ trabalha na fase pré-processual. A família procura a Defensoria Pública ou um advogado. O MP só vai atuar quando o curatelado não tiver família, ou se a família se recusar a interditar, em casos de extrema necessidade. As informações também chegam por denúncias. Os dados são avaliados por médicos, incluindo psiquiatras. O laudo vai balizar a decisão do

promotor. As assistentes sociais vão a campo, levantar elementos da vida da pessoa que supostamente será interditada.

“Às vezes surgem denúncias de que o curador não está assistindo bem o curatelado. Vamos ao local fazer o estudo para avaliar a situação. E até indicamos quem pode ser o curador, junto com a opinião do curatelado. O laço sanguíneo não configura nenhuma vantagem, porque muitas vezes a relação não é boa. Muitos assumem essa função sem ter a real noção, o ônus da curatela não é algo simples. Já aconteceram situações em que o curador chegou dizendo que se soubesse que era assim, não teria assumido a função”, contou a assistente social Thaíssa de Azevedo.

Charles Toniolo, coordenador da Comissão Sociojurídica do CRESS, conta que a questão tem atingido equipes de Serviço Social de diversas instituições.

“A definição sobre o que é a ‘capacidade’, historicamente, ficou a cargo do saber médico. Mas assistentes sociais, pelo seu conhecimento teórico e técnico, têm plenas condições de interferir nessa definição. Avaliar o cotidiano da vida de uma pessoa interditada ou prestes a ser, o que ela faz, como ela se relaciona com os familiares e socialmente. Isso requer a produção de um laudo bem fundamentado, e pode ser decisivo para enfrentar a banalização da interdição”, defende o conselheiro.

Charles criticou ainda muitas ações de interdição em instituições psiquiátricas, de idosos e de pessoas com deficiência: “Há uma



Parte da equipe do Serviço Social do MPRJ: Marcela Lobo, Thaíssa de Azevedo e Adriana Freitas

clara inversão: a interdição se transformou em um pretexto para que a renda dos abrigados seja utilizada pela instituição, ao invés de ser financiada como política pública. E em várias delas assistentes sociais estão sendo requisitadas para serem curadoras. Essa é uma questão séria, pois ao assumir a curatela, o Serviço Social deixa de realizar uma série de atividades que lhes são pertinentes, e realiza outras que não são”, afirma.

Por conta da polêmica, foi lançada a cartilha “Roteiro de Atuação na Ação de Interdição: Uma Releitura a Partir da Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência”. A iniciativa partiu de promotores que atuam no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, discutindo outras possibilidades de interdição, como a interdição parcial, e, a depender da situação, até a não interdição.

Acesse o documento na íntegra em <http://goo.gl/xxJPRw>

Interdição civil e benefícios previdenciários

Caso alguma agência do INSS exija a interdição para o acesso de algum usuário a benefícios previdenciários (como o Benefício de Prestação Continuada – BPC), assistentes sociais que se deparem com essa situação devem questionar diretamente na agência e/ou podem encaminhar denúncia ao Ministério Público Federal, que já se encontra atento a essa questão.

VIII Prêmio Visibilidade



Por um olhar mais amplo

Nas diversas ações da política de comunicação do CRESS, o "Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social" está na vanguarda da interface entre Serviço Social e Comunicação. A busca por cada vez mais espaços que divulguem o Serviço Social e as políticas sociais, seja em mídias populares ou comerciais, é o mote que conduz o Conselho nesse sentido.

O coordenador da comissão de Comunicação e Cultura do CRESS-RJ, Felipe Moreira, destaca o concurso como importante instrumento na defesa do projeto ético-político da categoria.

"O Prêmio Visibilidade é uma ação criativa e ousada do CRESS-RJ. As iniciativas de construir uma mídia efetivamente democrática passam por vários caminhos, e o Visibilidade é um deles. Premiar comunicadores e assistentes sociais que, no âmbito profissional, contribuem para divulgar as políticas sociais ou o Serviço Social na perspectiva ético-política que o Conjunto CFESS/CRESS defende é algo que, ao mesmo tempo, reforça o nosso projeto profissional e adensa o fortalecimento de uma contra-hegemonia no campo da comunicação", defende.

No dia 28 de novembro o CRESS-RJ realizou a cerimônia do 8º Prêmio Visibilidade. O evento premiou trabalhos de assistentes sociais e comunicadores. Em 2014 a categoria "Experiências profissionais de assistentes sociais, equipes de Serviço Social ou equipes multiprofissionais" classificou apenas um finalista. O vencedor foi o trabalho "Perfil dos assistentes sociais da UFRJ". Trata-se de uma pesquisa realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro acerca do perfil de assistentes sociais que atuam naquela universidade. As autoras são Cristiane da Costa Lopes Roma, Rita de Cássia Cavalcante Lima, Telma Fernandes B. Gil e Vânia Dias de Oliveira.

"Hoje para as assistentes sociais fazerem seu trabalho cotidiano, a partir do que preconiza o nosso Código de Ética, é extremamente complexo. A década de 1990 marcou a implantação do projeto privatista neoliberal, um projeto que nos priva dos



CRESS premia trabalhos que dão visibilidade ao Serviço Social e às políticas sociais

direitos sociais. Ser assistente social hoje e fazer valer o que está previsto legalmente para o nosso trabalho é muito difícil. Muitas vezes os nossos diretores ou empregadores não têm noção do que nós, como profissionais, devemos fazer. Esse Prêmio é importante, pois mostra a que viemos e traz reconhecimento ao trabalho que desenvolvemos", afirma Vania Dias de Oliveira.

Na categoria "Trabalhos de Comunicação" o vencedor foi o trabalho "Convivendo com o HIV", da TV UERJ, idealizado por Eduardo Lima, Aline Damasceno, Júlio Nascimento, Otávio Evangelista, Sérgio Dimas, Enir de Paula, Valdeci Ferreira, Gabrielli Miguez, Guto Lacerda e Ana Cláudia Theme. Apenas nas últimas três décadas 656 mil pessoas foram diagnosticadas como soropositivas para o vírus do HIV. Uma das principais características do vídeo, destacado pelo texto da premiação, é superar o preconceito de que só alguns segmentos da população estão sob risco de contágio pelo HIV. Uma das entrevistadas contraiu o vírus em sua primeira relação sexual, com seu único parceiro: seu marido.

O trabalho "Vidigal: custo de vida lá no alto", de Aramis Assis, ficou em segundo lugar. Com chamada de capa no jornal Maré de Notícias, a matéria tenta socializar junto à população local um conceito que vem sendo bastante divulgado em âmbito

acadêmico: o de gentrificação (que, em linhas gerais, se refere à expulsão de populações pobres de seus locais de habitação e convívio, em função da intensa alta do custo de vida e de valores de aluguéis).

O artigo "15 de maio – Dia do Assistente Social", de Carmem Lúcia Félix, ficou com o terceiro lugar. Publicado no jornal Meio Norte, que circula no Piauí e em estados da região, acompanhou ações de vários conselhos regionais de Serviço Social para explicar o que assistentes sociais estudam, qual é o perfil profissional no país, em que áreas podem atuar e outros aspectos de nossa atuação.

A matéria "Jovens lutam por mais políticas públicas", de Igor Soares e Ívina Costa, do jornal Vozes das Comunidades ficou com a quarta colocação. De acordo com a reportagem, o Brasil tem atualmente cerca de 50 milhões de jovens entre 15 e 29 anos. Grande parte desta população tem dificuldades de acesso a políticas como saúde, educação, cultura e trabalho.

No quinto lugar, ficou o vídeo "Vila Recreio II – sonhos demolidos", de Arthur William, Claudia Santiago, Daniel Climaco, Eric Fenelon, Euro Mascarenhas Filho e Sheila Jacob. O trabalho fala sobre os despejos e remoções na Vila Recreio II para a construção da Transoeste, na zona oeste da capital, no marco da realização da Copa do Mundo e Olimpíadas.

Direitos Humanos

Violações de direitos contra adolescentes no Degase

“Dentro de uma instituição que, infelizmente, é cercada por condições precárias de atendimento, estabelece-se dentro dela várias situações de conflito. O que ocorre na sociedade, acontece dentro. Não estamos isolados. A violação de direitos passa quando profissionais envolvidos com adolescentes, em cumprimento de medidas socioeducativas, não têm condições de trabalhar cada ponto que os envolve. Precisamos discutir com ele qual é a sua condição, as perspectivas e quais são as alternativas. É uma medida socioeducativa, mas é uma possibilidade de mudança também.”

O relato é de uma assistente social que atua no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), instituição que executa as medidas de internação e semi-internação de adolescentes. O depoimento revela mais que um dado da realidade: demonstra a lógica da punição que domina o senso comum e parte das instituições públicas. A cada ano, centenas de adolescentes, na maioria negro e morador das periferias, acabam por cumprir alguma medida socioeducativa nas dependências do Degase. No entanto, o espaço que era pra ser um encontro com educação, saúde e convívio social, acaba por reiterar, por vezes, o ambiente de uma prisão.

Para agravar a situação, três adolescentes foram assassinados dentro de espaços administrados pelo Degase, em 2014. Após as ocorrências, o número de denúncias sobre violação de direitos cresceu, e assistentes sociais que trabalham nesses locais acionaram o Conselho.

O CRESS, através das Comissões Sociojurídica e de Direitos Humanos, se articulou com outras entidades e convocou assistentes sociais do Degase para participarem de um treinamento acerca do exercício profissional. O evento “Violações de Direitos, Sistema Socioeducativo e Alternativas para o Exercício Profissional” contou com a participação do presidente do CRESS e professor da UFF, Rodrigo Lima, da coordenadora da Divisão de Serviço Social do Degase, Leila Mayworm, de Márcia Fernandes, que é da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e da Coordenação de Defesa dos Direitos da Criança e

do Adolescente (Cdedica) e de Charles Tonio, conselheiro do CRESS e professor da UFRJ.

Rodrigo lembrou que as contradições sociais são frutos de uma sociabilidade capitalista que prioriza a propriedade privada, em detrimento das pessoas, e as desigualdades sociais, muitas vezes, contribuem para que determinada parcela da juventude não tenha acesso às políticas sociais. A precariedade de políticas efetivas revela uma das faces de nossa realidade social.

“Inúmeras demandas que as políticas públicas foram incapazes de alcançar, antes de o adolescente ingressar no sistema socioeducativo, deveriam ter-lhe sido apresentadas antes. Às vezes, eles vão ter contato com o SUS apenas dentro das unidades. Tem o aumento das políticas sociais, mas com o viés mercantilizado, com repasses de orçamento efetuados para determinadas fundações. Isso é uma maneira de privatizar certas políticas”, aponta.

Atribuições de assistentes sociais no Degase

Algumas atribuições do Serviço Social no sistema socioeducativo estão sistematizadas, como: acompanhar através do Plano Individual de Atendimento (PIA) os adolescentes, as famílias e responsáveis durante o aguardo de decisão judicial, e no processo de reavaliação de medidas socioeducativas; assessorar a direção da unidade na construção de propostas de acompanhamento técnico socioeducativo

multidisciplinar e/ou em matéria de Serviço Social; e atuar na construção de ações pertinentes à questão racial, de gênero, da religião, do trabalho e emprego, dentre outros.

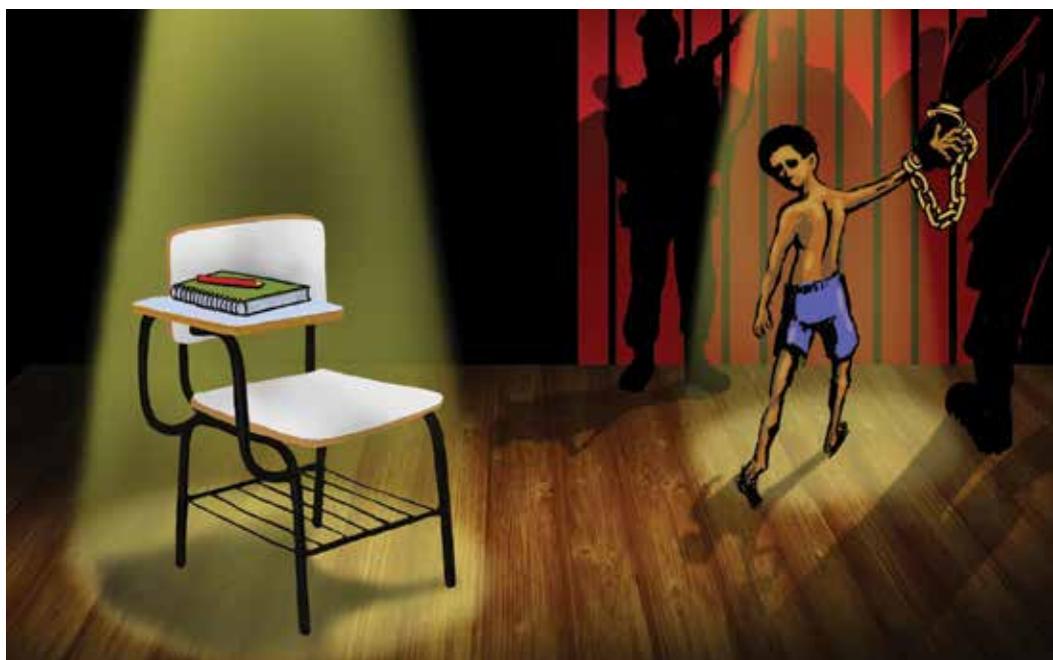
Mayworm explicou que assistentes sociais atuam dentro do Degase não apenas na execução de políticas sociais, mas também em ações de planejamento, gestão, assessoria, participação e mobilização política.

“Temos o propósito de apoiar criticamente ações realizadas pelo Serviço Social no atendimento ao autor de ato infracional, no sentido de sistematizar sua prática, bem como construir estratégias para a efetivação do projeto ético-político do Serviço Social, no espaço do Degase”, afirma.

A internação, que segundo o ECA deveria ser a última medida socioeducativa a ser aplicada, tornou-se banalizada.

“Assistentes sociais precisam fortalecer estratégias para enfrentar esse quadro coletivamente. Não é possível tomar conhecimento de situações de tortura, ou de internações por motivo banal, ou qualquer outra violação, e achar que não está acontecendo nada”, afirma Sílvia Dabdab, conselheira e membro da Comissão de Direitos Humanos do CRESS.

Nesse processo, o CRESS colocou-se como parceiro das assistentes sociais. As Comissões de Direitos Humanos, Sociojurídica e de Orientação e Fiscalização Profissional se reuniram com profissionais do Degase para pensar futuras ações nesse sentido.



Outras ações do CRESS

Novembro/dezembro de 2014

Oficina interna sobre orientação e fiscalização – dia 14/11 ocorreu no CRESS oficina sobre o tema, visando discutir as ações de orientação e fiscalização do Conselho.

Roda de conversa de mulheres TRANS – realizada no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM), a Comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual participou da atividade, dia 27/11.

Multiplicação do curso “Ética em movimento” – nos dias 08 e 18/11 ocorreram as aulas do último módulo do curso, no Rio de Janeiro e em Campos dos Goytacazes, respectivamente.

Evento sobre Serviço Social e entidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes – debate sobre o Serviço Social em entidades de acolhimento institucional, na UNISUAM de Campo Grande, dia 6/11. O encontro ocorreu após a identificação de exercício ilegal da profissão, na Zona Oeste do Rio.

Debate sobre programas de assistência ao empregado – organizado pela Comissão de Empresa e realizado no auditório do CRESS, dia 18/11, a atividade aprofundou reflexões sobre os desafios contemporâneos do exercício profissional nesses programas.

Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e Assembleia Nacional da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) – O ENPESS aconteceu no período 30/11 a 4/12, em Natal/RN. O CRESS financiou a ida para a apresentação de 2 trabalhos, de autoria da assessoria da direção e de agentes fiscais, que foram aprovados. Participou também da assembleia da ABEPSS, dia 5/12, que elegeu a nova direção da entidade nacional.

Serviço Social e Envelhecimento – a Comissão de Previdência do CRESS, juntamente com a Sociedade Brasileira de



“Mulheres mães usuárias de drogas em situação de rua: desafios para garantir a convivência familiar” – evento organizado pelo movimento de entidades, instituições e usuários. Ocorrido dia 16/12, no Ministério Público do estado do Rio de Janeiro. O CRESS-RJ compôs a mesa “Laudos e pareceres técnicos: instrumentos que contribuem para viabilizar direitos?”

Geriatrics e Gerontologia (SBGG), realizou, no dia 4/11, o “Encontro CRESS-RJ e SBGG-RJ sobre envelhecimento”. Temas como violação de direitos dos idosos, o recorte de gênero e direitos previdenciários foram debatidos.

Serviço Social na Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania (SETRAC) de Petrópolis – encontro com gestores e a Secretária do município, no dia 25/11, para discutir as condições de trabalho e o exercício profissional de assistentes sociais da SETRAC.

Fórum das Comissões Permanentes de Ética da Região Sudeste – realizado no dia 6/12, em Vitória/ES, as Comissões de Ética dos CRESS do ES, SP, MG e do RJ se reuniram com o CFESS para discutir o estabelecimento de prazos e de facultação de parecer jurídico em ações de desaforamento de denúncias éticas. Além de estratégias para a aplicação da penalidade da advertência pública, tendo em vista as novas mídias e a repercussão da penalidade.

Homenagem aos 30 anos da Fundação São Martinho – o CRESS participou do seminário realizado dia 10/11, no Auditório da Caixa Econômica Federal, reconhecendo a importância da entidade na luta pelos direitos de crianças e adolescentes.

“Direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, racismo e Serviço Social” –

conversa realizada pela Comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual do CRESS, no dia 27/11. O tema central foi o aborto e como essa questão aparece no exercício profissional.

I Seminário sobre Formação Social do Brasil, Questão Agrária e Serviço Social – o evento realizado na Escola de Serviço Social da UFRJ, contou com a presença do CRESS na mesa de abertura, dia 17/11, e de membros da Comissão de Direito à Cidade em outros momentos do seminário.

Fórum de Supervisores da Universidade Veiga de Almeida de Cabo Frio – no dia 11/11, o CRESS participou da atividade discutindo o estágio em Serviço Social, condições de trabalho e a importância da organização política da categoria na Região dos Lagos, através do Núcleo Josy Ramos.

Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura – coordenado pelo CRESS, o Conselho participou da assembleia que elegeu as entidades da sociedade civil no Comitê, dia 16/12. Participou também da mesa de abertura e do Seminário anual promovido pelo Comitê e pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, que debateu os 50 anos do golpe militar, a Lei de Execuções Penais e lançou o relatório “Megaeventos, repressão e privação de liberdade no Rio de Janeiro”.

Reunião com a Comissão Permanente de Ética e com as Comissões de Instrução de Processos Éticos do CRESS – no dia 15/12, a reunião socializou os informes do Fórum das Comissões Permanentes de Ética da Região Sudeste, e planejou atividades coletivas de debates das comissões sobre temas pertinentes à ética profissional e ao processamento ético.

Estatuto da Diversidade Sexual – o CRESS participou de audiência pública realizada pela OAB-RJ, dia 17/11, que debateu sobre



Serviço Social nas UPAs – em continuidade às ações de combate às irregularidades no exercício profissional de assistentes sociais das UPAs estaduais, o CRESS-RJ realizou reunião com a Secretaria Estadual de Saúde (SES) no dia 4/11, e outra com a SES e a Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva em Saúde, dia 12/11. O Conselho apresentou aos gestores e coordenadores técnicos das UPAs quais são as atribuições e competências das profissionais. Além de apontar as irregularidades encontradas ao longo das visitas de fiscalização, no dia 9/12.

a proposta da entidade de construção de uma legislação que verse sobre a diversidade sexual no Brasil.

Ato no Consulado do México – dia 18/11, o CRESS participou da manifestação de repúdio ao assassinato e carbonização dos corpos de 43 estudantes de uma escola rural no México a mando do prefeito da cidade, em razão de reivindicações por melhores condições de ensino.

I Jornada Científica da Faculdade de Serviço Social da UERJ – no dia 17/11, a Comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual do CRESS participou do evento, na mesa que discutiu Racismo e Serviço Social.

Estado e Orçamento Público – oficina realizada pelo Grupo de Pesquisa do Orçamento Público da Seguridade Social (GOPSS) da UERJ, coordenada pelo CRESS no dia 12/11.

“Desafios e possibilidades na reinserção de crianças e adolescentes” – palestra no seminário realizado na sede da OAB-RJ, promovido pela ONG Ecos, que executará o Projeto PPCAM (Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte).

2º Seminário Nacional Serviço Social na Previdência – realizado em Brasília, de 29 a 30/11, evento organizado pelo CFESS discutiu os desafios da seguridade social brasileira e comemorou os 70 anos do Serviço Social no INSS.

Palestras na Universidade Estácio de Sá – o CRESS falou sobre o papel do Conselho para alunas do *campus* do Rio Comprido, dia 3/11, e sobre o registro profissional para estudantes de Cabo Frio, dia 27/11.

Dia Internacional dos Direitos Humanos – no dia 10/12, diversas entidades realizaram um Ato Público em Defesa dos Seres Humanos em Situação de Rua, no centro do Rio. O CRESS denunciou as constantes violações de direitos sofridas pela população em situação de rua. O CRESS participou também de evento realizado pela União dos Negros de Petrópolis (UNEP), no dia 5/12.

Reunião do Grupo de Trabalho Nacional Trabalho e Formação Profissional – realizada no dia 30/11, em Natal/RN, o GT coordenado pelo CFESS é composto também pela ABEPSS e por até 2 CRESS de cada região do país. O CRESS-RJ, que passou a compor o GT, participou da atualização do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação Contra a Precarização do Ensino Superior.

Seminário Estadual Serviço Social e Empresa – no dia 9/12, foi realizado, na UERJ, o evento organizado pela Comissão de Empresa do CRESS. Em pauta, as atribuições e



Encontro Estadual Serviço Social e Educação – o evento aconteceu no dia 6/11, no Colégio Pedro II. Organizado pela Comissão de Educação do CRESS afirmou a necessidade de se garantir a criação de cargos de assistentes sociais nas Secretarias de Educação, reconhecendo o Serviço Social como parte dessa política.

competências de assistentes sociais que atuam em empresas, diante das novas inflexões do capital.

Religiosidade e Serviço Social – ocorreu no Núcleo Arco Verde, na UNISUAM de Campo Grande, no dia 24/11, organizado pelo CRESS, diante das crescentes denúncias de manifestações religiosas vinculadas ao exercício profissional.

Curso de Extensão em Direitos Humanos – realizado pela Faculdade Arthur Sá Earp Neto, em Petrópolis, o CRESS ministrou uma palestra no dia 8/11, e participou do encerramento do curso, no dia 5/12.

Roda de conversa sobre Saúde do Trabalhador – o CRESS ministrou palestra, em atividade organizada pela Fórum Pela Saúde do estado do Rio de Janeiro, no dia 9/12, como preparação dos participantes para a 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, que ocorreu em Brasília/DF, de 15 a 18/12.

16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra a Mulher – a campanha ocorreu entre os dias 20/11 e 10/12, em nível internacional, realizou diversas atividades. O CRESS participou do seminário realizado pela Subsecretaria de Políticas para as Mulheres no estado do Rio de Janeiro, no CEDIM, no dia 25/11; em audiência pública na ALERJ, dia 2/12, sobre a violência contra a mulher; na mesa realizada na UFRJ, intitulada “Violência contra a mulher: movimentos sociais, estratégias e resistências”, dia 3/12; e no Seminário “Violência contra a mulher: por quê?”, realizado dia 4/12 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do município do Rio.

19º Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro - o CRESS esteve presente na atividade que ocorreu no dia 16/11, na cidade do Rio, e foi citado no trio oficial do evento como uma das entidades parceiras nas lutas pelos direitos da população LGBT.

AÇÕES DO CRESS – novembro e dezembro de 2014		NÚMEROS
Pedidos de novas inscrições / reinscrições		165
Pedidos de cancelamentos / transferências para outros CRESS		67
Cerimônias de Entrega do Título de Assistente Social		02
Atendimentos da COFI	Por telefone	80
	Por e-mail	80
	Pessoalmente	21
Visitas realizadas		06
Novos procedimentos da COFI		-
Fiscalização de editais de concursos e vagas		01
Novas denúncias éticas	De usuários	-
	De assistentes sociais	01
	De outros	-
Processos éticos em andamento	Com Comissões de Instrução de Processos Éticos em funcionamento	30
	Sem Comissões de Instrução de Processos Éticos em funcionamento	00
Julgamentos éticos realizados		00
Novas denúncias de desagravo público		00
Reuniões de Comissões do CRESS-sede		19
Reuniões na Seccional de Campos dos Goytacazes		07
Reuniões na Seccional de Volta Redonda		05
Reuniões de Núcleos do CRESS		08
Reuniões de Conselho Pleno		02

Política

Próximo governo trará impacto negativo para as políticas sociais, afirma José Paulo Netto

O modelo eleitoral brasileiro tem recebido distintas críticas. Reforma política, por si só, não o melhora. Há propostas que ampliam despolitização: legitimam voto em pessoas, não em partidos e projetos societários. Esta democracia não gera real participação de quem produz a riqueza do país na decisão de seus rumos e das políticas sociais.

“Parte da população já percebe esta desconexão”, afirma o assistente social e assessor da direção do CRESS-RJ, Jefferson Ruiz. “Vejam os dados das últimas eleições presidenciais. Quando somados nulos, brancos e, especialmente, abstenções há um índice superior a 20% da população que não vota em qualquer candidatura”. Ruiz provoca: “Eu disse qualquer: nem nas que têm posições à esquerda dos governos. Coloca-se em xeque a aposta em momentos eleitorais em que os setores dominantes, inevitavelmente, dá a maioria das cartas”.

Mesmo limitadas, eleições alteram a realidade. “O novo ministério não é só uma aliança com conservadores e reacionários. Ele impacta a divisão de riquezas, a distribuição do fundo público e, assim, o investimento em políticas sociais de qualidade”, afirma o assessor.

O Praxis cobriu evento em que, ao analisar o cenário pós-eleitoral brasileiro, José Paulo Netto, assistente social e professor emérito da UFRJ, fez dois grandes alertas: a flexibilização do trabalho no campo e a criminalização dos movimentos sociais. O que, segundo ele, incide sobre a questão social, repercute no Serviço Social e em atividades desempenhadas por assistentes sociais.

“A Confederação Nacional da Agricultura já acordou com a presidente: flexibilizará relações de trabalho no campo. Dilma não diz mais que o governo defende o agronegócio, vai além: afirmou levar legalmente a terceirização para as atividades do campo.



José Paulo Netto

Quanto ao papel do Estado, olhem as últimas privatizações de portos e aeroportos. Não será mais do mesmo, será pior”, afirma.

Esse movimento compõe o fim de um ciclo político baseado na expansão de políticas públicas compensatórias, lembra Netto. Seu início foi com Fernando Henrique Cardoso. Seu eixo é transformar o fundo público “numa peça de assalto dos grupos governistas”. É isso que tem sido feito desde FHC e, acentuadamente, com Lula através do BNDES. Netto prevê profundas transformações na orientação econômica nos próximos meses.

“Não tenho nada contra programas como o ‘Bolsa Família’. Mas sou radicalmente contra apresentar esse tipo de política, que é emergencial, como política de Estado e como solução para qualquer coisa. Assistência social passou a ser via de cidadania. Ela não é via de nada disso. Ao invés de ficarmos batendo palma para a expansão das políticas assistenciais, seria bom vermos a relação do orçamento dessas políticas com o que esses governos, que as ampliaram, dedicaram ao pagamento dos juros da dívida interna”, provoca.

Os governos Lula foram paradisíacos para o grande capital. Segundo Netto, realizaram o

sonho de Getúlio Vargas: mobilização do trabalho corporativo que atendesse a demanda dos trabalhadores e neutralizasse o segmento que punha em questão a ordem burguesa. Ao mesmo tempo, uma articulação corporativa com elites empresariais, de forma a garantir um pacto governativo que atendesse demandas capitalistas.

“Lula conseguiu mostrar-se amadurecido para os banqueiros e transformou a CUT na cozinha do Palácio do Planalto. Mas esse modelo se esgotou”, analisa.

Para Netto, se com Lula foi possível manter essa articulação, Dilma mostra o pleno esgotamento desse esquema. “A conjuntura internacional mudou, a crise que Lula chamava de ‘marolinha’, que o governo dele conseguiu dar conta, através de uma hábil e competente manipulação da política monetária e fiscal, chegou ao limite”.

“Estão ficando claros limites estruturais da economia brasileira. Isso foi exposto a partir do segundo semestre. Dilma pegou essa rebordosa no primeiro governo. O que fez? Empurrou a solução para a crise”, explicou.

O intelectual comunista também fala da pressão conservadora. Ela levará o segundo governo Dilma a ser de centro-direita, a criminalizar ainda mais movimentos sociais.

“Pode não criminalizar na retórica política, mas vai descer o cacete. O que vai mudar é o conjunto dos movimentos sociais e a reação governamental a eles. Isso foi preparado pelo ódio de classe que foi destilado pelas forças conservadoras durante essa campanha eleitoral”, pontua.

Como resposta a tais ofensivas, podemos citar um antigo provérbio mexicano: “tentaram nos enterrar, mas não sabiam que éramos sementes”. Só as lutas sociais podem reverter esse quadro. Junho de 2013 demonstrou que é possível retomar mobilizações de massa em torno de bandeiras em defesa dos interesses da classe trabalhadora. Em 2015, a luta continua!